



CONTRA-RACIONALIDADES EMERGENTES EM TEMPOS PLATAFORMIZAÇÃO

Marina Regitz Montenegro¹

RESUMO

Na atual fase da globalização, o grau de determinação alcançado pelo sistema técnico e financeiro hegemônico leva a novas formas de integração e subordinação dos territórios. Nessa perspectiva, as dinâmicas do denominado capitalismo de plataforma (SRNICECK, 2017) têm implicado transformações na economia urbana em grandes cidades brasileiras e, por conseguinte, ampliado o espectro de práticas possíveis entre agentes dotados de diferentes poderes de uso do território. Resultado indireto das modernizações do período atual, o circuito inferior renova, constantemente, seus conteúdos, em consonância com as exigências da divisão territorial do trabalho hegemônica contemporânea (SILVEIRA, 2019). Nesse movimento, redefinem-se não só o escopo do circuito inferior, mas suas relações com o circuito superior, haja vista o aprofundamento de sua subordinação técnica, financeira e normativa derivada, entre outros, do avanço da plataformização do trabalho e do consumo (TOZI, 2023). Em um movimento dialético de resistência e adaptação, surgem, ao mesmo passo, manifestações de resistência à adesão e à incorporação subordinada às variáveis determinantes do período. Práticas inspiradas em racionalidades divergentes assumem, hoje, diversas manifestações, revelando outras escolhas e usos possíveis para os sistemas técnicos presentes.

Palavras-chave: circuito inferior, contra-racionalidade, sistema técnico, plataformização, globalização.

ABSTRACT

In the current phase of globalization, the degree of determination achieved by the hegemonic technical and financial system leads to new forms of integration and subordination of territories. From this perspective, the dynamics of so-called platform capitalism (SRNICECK, 2017) have led to transformations in the urban economy in large Brazilian cities and, consequently, broadened the spectrum of possible practices among agents with different powers to use the territory. As an indirect result of the modernizations of the current period, the lower circuit constantly renews its contents, according to the demands of the contemporary hegemonic territorial division of labor (SILVEIRA, 2019). In this movement, not only is the scope of the lower circuit redefined, but also its relations with the upper circuit, given the deepening of its technical, financial, and normative subordination derived, among others, from the advance of the platformization of work and consumption (TOZI, 2023). In a dialectical movement of resistance and adaptation, manifestations of resistance to adherence and incorporation subordinate to the determining variables of the period arise at the same time. Practices inspired by divergent rationalities now take on various manifestations, revealing other possible choices and uses for the current technical systems.

Keywords: lower circuit, counter-rationality, technical system, platformization, globalization.

¹ Professora do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, marinamontenegro@usp.br



INTRODUÇÃO

Nas grandes cidades, a coexistência de divisões sociais e territoriais do trabalho assume constantemente novas feições. No âmbito da formação socioespacial brasileira, o avanço da modernização, o adensamento e o empobrecimento de parcela expressiva de sua população renovam as dinâmicas de expansão potencial do circuito inferior da economia, ou seja, da divisão social e territorial do trabalho da economia da pobreza. Conforme proposto por Santos (1975), as divisões do trabalho coexistentes nas cidades podem ser compreendidas como circuitos da economia urbana que se definem em função dos diversos graus de tecnologia, capital e organização assumidos pelas atividades. Quando estes são altos, trata-se do circuito superior, incluindo sua porção marginal; quando são baixos, trata-se do circuito inferior, ou ainda, de toda uma economia da pobreza.

Na atual fase da globalização, as metrópoles brasileiras concentram contradições socioespaciais reveladoras dos nexos do período da globalização. O grau de difusão e determinação alcançado pelo sistema técnico e financeiro hegemônico leva a novas formas de integração e subordinação dos territórios. Nessa perspectiva, as dinâmicas do denominado capitalismo de plataforma (SRNICECK, 2017) têm implicado transformações na economia urbana em grandes cidades brasileiras e, por conseguinte, ampliado o espectro de práticas possíveis entre agentes dotados de diferentes poderes de uso do território.

Resultado indireto das modernizações do período atual, o circuito inferior renova, constantemente, seus conteúdos, em consonância com as exigências da divisão territorial do trabalho hegemônica contemporânea (SILVEIRA, 2019). Nesse movimento, redefinem-se não só o escopo do circuito inferior, mas suas relações com o circuito superior, haja vista o aprofundamento de sua subordinação técnica, financeira e normativa derivada, entre outros, do avanço da plataformização do trabalho e do consumo (TOZI, 2023).

Em um movimento dialético de resistência e adaptação, surgem, ao mesmo passo, manifestações de resistência à adesão e à incorporação subordinada às variáveis determinantes do período. Práticas inspiradas em racionalidades divergentes assumem, hoje, diversas manifestações, revelando outras escolhas e usos possíveis para os sistemas técnicos presentes. Para Santos (2000, p.134), a distinção entre “pobreza” e a “miséria” é essencial no reconhecimento dessas formas de resistência, uma vez que a pobreza é um estado de carência, mas também de luta cotidiana, ou seja, da conformação de um pragmatismo existencial. Nas grandes cidades, cotidianamente a criação de novas técnicas não-hegemônicas combina-se à



diversificação de um uso popular das técnicas da informação e da comunicação oriundas de grandes corporações hegemônicas.

METODOLOGIA

No Brasil, a economia urbana no país constitui-se majoritariamente de trabalhadores autônomos, micro e pequenos negócios. Malgrado a coexistência e a articulação entre múltiplas divisões do trabalho, a dimensão assumida pela economia popular nas metrópoles revela o contexto de escassez da maioria e a pluralidade de estratégias de sobrevivência entre a população de baixa renda.

A análise da composição e das transformações recentes no âmbito do circuito inferior da economia urbana na formação socioespacial brasileira envolve, certamente, a mobilização de diferentes recursos metodológicos. Nessa direção, além da imprescindibilidade dos trabalhos de campo, a aproximação de suas dinâmicas atuais exige, entre outros, a consideração de dados sobre a evolução da pobreza e da pobreza urbana no Brasil, sobre Microempreendedores Individuais (MEIs) e sobre a expansão das atividades intermediadas por aplicativos nas cidades brasileiras. Estimativas a partir da base de dados do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (2025) indicam que em 2025 haveria, mais de 85,4 milhões de pessoas vivendo com uma renda inferior a $\frac{1}{2}$ salário-mínimo no país.

Por outro lado, desde a criação da figura jurídica do Microempreendedor Individual (MEI), a partir da Lei Federal do Microempreendedor Individual (MEI) (LC nº 128) de 2008, aproximadamente 1,5 milhão de MEIs vêm sendo criados por ano, totalizando atualmente 16 milhões (SEBRAE, 2025). Em um contexto de avanço dos nexos da plataformização e de reafirmação do pequeno empreendedorismo como panaceia, emergem, aí, novas faces assumidas pela precarização, fundamentadas em perspectivas teórico-metodológicas e políticas pautadas pelas tendências hegemônicas do capitalismo contemporâneo (DARDOT e LAVAL, 2016).

Em um cenário de urbanização da pobreza Brasil, observa-se, ao mesmo passo, a expansão da categoria de entregadores e mototaxistas por aplicativos nos últimos anos. Segundo o IBGE (2024), havia 1,7 milhão de pessoas que trabalhavam por meio de plataformas digitais e aplicativos de serviços (transporte de pessoas, entrega de comida e produtos, serviços gerais ou profissionais) em 2024 no Brasil, isto é, 1,9% da população ocupada no setor privado. Entre 2022 e 2024, o trabalho plataformizado aumentou 25,4% no país, ocupando mais 335 mil trabalhadores. Ainda de acordo com o IBGE (2024), dentre estes trabalhadores



plataformizados, 58,3% exerciam o trabalho principal por meio de aplicativos de transporte, 29,3% eram trabalhadores de aplicativos de entrega, já os trabalhadores de aplicativos de serviços somavam 7,8%. Segundo o SindimotoSP (2025), apenas na cidade de São Paulo, haveria mais de 700 mil trabalhadores plataformizados atuando em serviços de transporte e entregas.

Indicadores dessa natureza nos permitem uma aproximação da dimensão quantitativa da pobreza na formação socioespacial brasileira, que deve ser qualificada e compreendida em função do lugar e da época considerados. Nessa perspectiva, pretendemos focar como, em um contexto de empobrecimento e avanço da plataformização, podem emergir processos compreendidos como contra-racionalidades.

REFERENCIAL TEÓRICO

Frente ao potencial analítico abrigado pela teoria dos circuitos da economia urbana proposta por Milton Santos nos anos 1970 (1975), integramos a perspectiva de releitura das dinâmicas dos circuitos da economia urbana, em diferentes perspectivas, à luz das dinâmicas do período atual, ou seja, da globalização. Nessa direção, cabe destacar o envolvimento de diversos autores, em diferentes países, em uma agenda de pesquisa sobre os processos que permeiam tanto os circuitos da economia urbana na contemporaneidade (MONTENEGRO, 2013; SILVEIRA, 2016).

Ao mesmo passo, partimos da compreensão, proposta por Santos (1996), de que o período da globalização se define, entre outros, pela unicidade técnica, haja vista o grau de capilaridade logrado pelos sistemas técnicos hegemônicos. A interrogação de processos característicos da atual fase da globalização, como a plataformização, integrante, por sua vez, o processo mais amplo de digitalização dos territórios (ARROYO, 2024), alarga os referenciais teóricos a partir dos quais investigamos as transformações mais recentes da economia urbana na formação socioespacial brasileira.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Por meio de eventos que transformam as possibilidades do período em existências (SANTOS, 1996; SILVEIRA, 2006), a cidade incorpora constantemente os nexos da atual fase da globalização. A multiplicidade de atividades e sua contínua adaptação, à luz dos nexos



hegemônicos, revelam, em contrapartida, o grau de criatividade e adaptabilidade do trabalho entre os pobres nas grandes cidades.

Desde o início dos anos 2000, a banalização do sistema técnico hegemônico avança entre os agentes do circuito inferior. Enquanto variáveis suporte, artefatos digitais e informacionais têm se tornado, cada vez mais, indispensáveis à participação na divisão do trabalho (MONTENEGRO, 2022). Tal incorporação alcança, hoje, um grau inédito, com a incorporação de smartphones, do acesso à internet e de mídias sociais. No âmbito da economia popular, emergem, a partir daí, adaptações nos serviços oferecidos por pequenos negócios, novas atividades urbanas por meio plataformas de aplicativos, assim como usos e apropriações criativas de sistemas técnicos oriundos do circuito superior.

Se no início dos anos 2000, o alargamento da divisão do trabalho no circuito inferior se refletiu, por exemplo, na profusão de *lan houses* nas periferias e na diversificação de tarefas realizadas por pequenas gráficas, hoje esses estabelecimentos devem se adaptar para permanecer no mercado. Assim, *lan houses*, passaram a realizar serviços como a abertura de MEIs, a elaboração de currículos e contratos de aluguel, além do preenchimento de pedidos de naturalização no país para imigrantes.

Frente à hegemonia lograda pelos aplicativos, começam a despontar, ao mesmo passo, formas de reação à expropriação do trabalho e da renda derivadas do avanço da plataformização do trabalho e do consumo. A adesão às formas de trabalhos por aplicativos, à integração ao comércio eletrônico e às mídias sociais como meios de comercialização exigem uma série de contrapartidas pelos agentes menos capitalizados, acentuando sua dependência técnica e financeira às grandes corporações do ramo.

Hoje, surgem, contudo, formas de apropriação criativa dessas técnicas, como o desenvolvimento de aplicativos de transporte por parte dos próprios motoristas. Inicialmente voltadas ao atendimento de áreas não cobertas pelos aplicativos em grandes cidades (MONTENEGRO, 2020), essas iniciativas têm se difundido pela rede urbana de Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Sergipe. Na cidade de São Paulo, destacam-se, por exemplo, aplicativos como Jaubra (bairro de Brazilândia) e Coopcar (bairro de São Mateus). Já em Minas Gerais, há iniciativas como Sandicar, Tchepcar; Vale Driver, Mobi Vale e Vamuuai. Além de driblar a rigidez normativa e as porcentagens cobradas pelas grandes plataformas, o desenvolvimento desses aplicativos pode fomentar relações de parceria junto a pequenas empresas de *software*, criando elos de complementaridade entre o circuito inferior e o circuito superior marginal.

Nesse contexto, o cooperativismo de plataforma abrange um conjunto de práticas associativas voltadas para a organização de empresas que operam em plataformas de



propriedade coletiva e gestão democrática. Por meio de formas de "propriedade coletiva, pertencente às pessoas que geram a maior parte do valor", as cooperativas de plataforma surgem como uma reação à "vampirização" dos territórios e à "exploração da multidão" pelo capitalismo das plataformas digitais (SCHOLZ, 2017, p. 25 apud CASTANHEIRA, 2023). Essas cooperativas compartilham princípios como a valorização da economia local e a garantia de condições de trabalho justas. Nesse modelo, sistemas técnicos são desenvolvidos de forma coletiva e dados podem ser compartilhados entre as cooperativas, promovendo a criação de novos coletivos.

No debate sobre o cooperativismo de plataforma, Grohmann (2022) destaca que o central reside na importância de reconhecer práticas associativas de empresas guiadas por princípios cooperativos e da autogestão, mas também na possibilidade de promover a articulação e cooperação entre iniciativas dessa natureza, isto é, da valorização da própria intercooperação. Destarte, ressalta que a operação destas firmas pode se dar em plataformas de propriedade coletiva e/ou próprias, ou ainda apenas apoiadas por elas, ou seja, que não sejam necessariamente de propriedades de trabalhadores. Para o autor, há múltiplas dimensões em questão que devem ser levadas em consideração na análise de cooperativas e coletivos de entregadores, tais como o desenho das plataformas, a organização do trabalho e processos produtivos, a cooperação entre cooperativas e a políticas de dados e algoritmos.

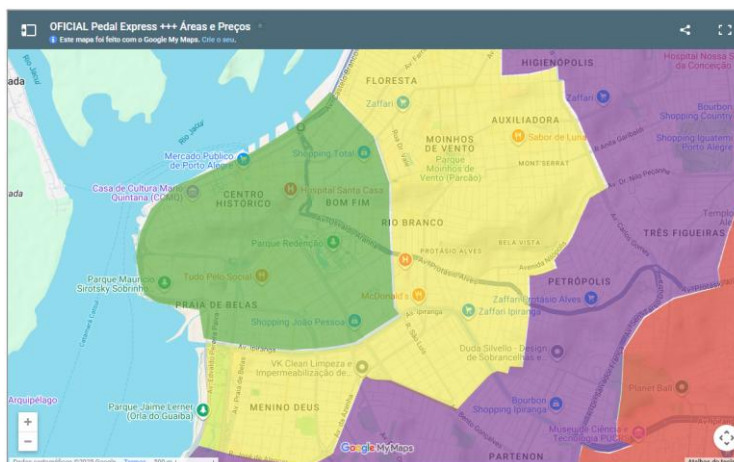
Nessa direção, uma agenda pela democracia dos dados, que envolve também a transparência junto a atores governamentais, se opõe ao sigilo das informações por parte das grandes plataformas (CASTANHEIRA, 2023). Embora ainda representem uma iniciativa incipiente no Brasil, algumas cooperativas de plataforma de transporte e entregas já se encontram mais consolidadas, como o Pedal Express e a Puma Entregas em Porto Alegre, e a Señoritas Courier e o coletivo Contrate Quem Luta em São Paulo.

Imagem 1. Señoritas Courier



Fonte: <https://senhoritascc.com.br/>

Imagem 2. Mapa de preços e áreas atendidas pelo coletivo Pedal Express em Porto Alegre



Fonte: <http://www.pedalexpress.com.br/area-de-cobertura-precos/>

As contra-razionalidades aos imperativos dos sistemas técnicos também podem se estender, atualmente, à apropriação das redes sociais como ferramentas para publicidade e comercialização por pequenos negócios, como revelam, por exemplo, as pesquisas de Albani (2022) e Amorim Fossaluza (2022). Conforma-se aí uma estratégia crescentemente adotada por agentes menos capitalizados que buscam ingressar no comércio eletrônico, mas que, muitas vezes, não possuem as condições necessárias para integrar os chamados *market places*.

Em estudo sobre novas formas da viração na América Latina, Casilli (et al., 2023), apontam para certas contradições envolvidas no avanço da plataformização da economia em algumas metrópoles. Por um lado, os autores destacam como as plataformas se valem da “informalidade” característica do mercado de trabalho nos países da região. Por outro lado, reconhecem uma série de estratégias desenvolvidas por trabalhadores para “driblar” normas impostas pelas grandes plataformas e aplicativos de entregas e transporte. Nessa direção, apontam, por exemplo, para a importância da prática do *multi-apping* entre esses agentes, da sociabilidade entre entregadores em bases de espera (em que se compartilham gatos de eletricidade, redes de *wi-fi* e carregadores de baterias); da constituição de um mercado paralelo de venda e sublocação semanal de contas Rappi em redes sociais (*cuentas truchas*) no México e de contas falsas de motoristas Uber na Argentina.

Práticas dessa natureza também têm se difundido nas grandes cidades brasileiras, revelando como o compartilhamento de estratégias e informações expressa formas contemporâneas de resistência e adaptação aos nexos do período. Para Santos (2000), a



conformação desta “política dos de baixo” se fundamenta, justamente, no compartilhamento de um cotidiano solidário e contraditório, preñado de flexibilidade e adaptabilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conjunto de situações geográficas (SILVEIRA, 1999) envolvidos nesses processos em curso pode ser compreendido como manifestações contemporâneas da flexibilidade tropical (SANTOS, 1996), assim como expressões da adaptabilidade das técnicas por usos inesperados (GAUDIN, 1978). Para Santos (1996, p. 210), a insubordinação às racionalidades dominantes, incluindo as de ordem técnica, resulta em "uma adaptação criativa à realidade existente", gerando “(...) outras formas de racionalidade, paralelas, divergentes e convergentes ao mesmo tempo”.

Cremos, nessa direção, que a busca pela compreensão de contra-racionalidades emergentes nos permite imaginar outros cenários a partir de um conjunto de possibilidades já disponíveis no cotidiano das grandes cidades, ancoradas sob racionalidades e solidariedades distintas. Para Santos (2000), reside aí a possibilidade de outra combinação para as variáveis do período, ou seja, a utilização política do sistema técnico atual a serviço dos homens e não do capital, para qual aponta justamente a ideia de um planejamento socialmente necessário, vislumbrada por Ribeiro (2002).

REFERÊNCIAS

ALBANI, V. **O Circuito Espacial Produtivo da Indústria de Vestuário em Colatina (ES): a Reestruturação Produtiva e Os Dois Circuitos da Economia Urbana**. 2022. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2022.

AMORIM FOSSALUZA, M. F. O feed como vitrine: uma análise preliminar do comércio eletrônico nas mídias sociais da empresa Meta Platforms. **Boletim Campineiro De Geografia**, 12(2), p. 207–223, 2022.

ARROYO, M. A digitalização do território paulista: manifestações atuais e tendências que prevalecem. **Confins** [En ligne], 65, 2024.

CASTANHEIRA, G. R. A intensificação do uso algorítmico do território brasileiro e a força do lugar: da plataformização do trabalho à formação de associações, coletivos e cooperativas. In: TOZI, F. (org.). **Plataformas digitais e novas desigualdades socioespaciais**. São Paulo: Editora Max Limonad, 2023, p. 289-304.



CASILLI, A. C.; TORRES-CIERPE, J.; DE STAVOLA; F.; PETERLONGO. G. Des GAFAM aux RUM. Plateformes et débrouille dans le Sud global. **Pouvoirs**, 185, pp. 51-67, 2023.
DARDOT, C. e LAVAL, P. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

GAUDIN, T. **L'écoute des silences, les institutions contre l'innovation?**. Paris: Union Générale des Éditions, 1978.

GROHMANN, R. Plataformas de Propriedade de Trabalhadores: Cooperativas e Coletivos de Entregadores. **Matrizes**, 16 - Nº 1 Jan./abr, p. 209-233, 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Agência IBGE de Notícias**. Disponível em: Número de trabalhadores por aplicativos cresceu 25,4% entre 2022 e 2024 | Agência de Notícias. Acesso em: 3 nov. 2025.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA. GOVERNO FEDERAL DO BRASIL. **Brasil. Cadastro Único**. Disponível em: <https://cecad.cidadania.gov.br/painel03.php>. Acesso em: 3 nov. 2025.

MONTENEGRO, M. R. Empobrecimento, heterogeneidade e insurgências: transformações em curso no circuito inferior da economia urbana nas cidades brasileiras. **Ikara Revista de Geografias Iberoamericanas**, (2), 2022.

_____. Do capitalismo de plataforma à difusão dos aplicativos: apontamentos sobre novos nexos entre os circuitos da economia urbana em tempos de Covid-19. **Espaço e Economia**, ano IX, n. 19, 2020.

_____. A teoria dos circuitos da economia urbana de Milton Santos: de seu surgimento à sua atualização. **Revista Geográfica Venezolana**, v. 53, p. 147-164, 2012.

RIBEIRO, A. C. T. O ensino do planejamento urbano e regional – propostas à ANPUR. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 4 (1/2), 2002.

SANTOS, M. **L'Espace Partagé. Les deux circuits de l'économie urbaine des pays sous-développés**. Paris-France: Éditions M.-TH. Génin Librairies Techniques, 1975.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Record, 2000.

SCHOLZ, T. **Cooperativismo de plataforma**. Editora Elefante, Autonomia Literária & Fundação Rosa Luxemburgo, 2017.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). Sebrae - microempreendedor individual. Disponível em: Portal Sebrae - Sebrae. Acesso em: 3 nov. 2025.



SILVEIRA, M. L. Uma situação geográfica: do método à metodologia. **Revista Território**, ano IV, n.6: p.21-28, jan/jun. 1999.

_____. O espaço geográfico: da perspectiva geométrica à perspectiva existencial. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 19, pp. 81 - 91, 2006.

_____. (Org.). **Circuitos de la economía urbana. Ensayos sobre Buenos Aires y São Paulo**. 1ed. Buenos Aires: Café de las Ciudades, 2016, v. 1.

_____. Espacio geográfico y fenómeno técnico: cuestiones de método. **Punto Sur** 1 julio-dic., 2019.

SRNICEK, N. **Platform capitalism**. Cambridge: Polity, 2017.

TOZI, F. (org.). **Plataformas digitais e novas desigualdades socioespaciais**. São Paulo: Editora Max Limonad, 2023.